

# Justiça pode pedir bloqueio de bens

ENVOLVIDOS NO ESCÂNDALO PODEM TER BENS SEQUESTRADOS E DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS PELA JUSTIÇA



A CPI do Orçamento decidiu ontem entregar à Procuradoria Geral da República cópias de todos os depoimentos prestados até agora e dar acesso a informações sigilosas aos procuradores. A decisão da CPI foi tomada depois que o procurador geral da República, Aristides Junqueira, pediu as provas sobre enriquecimento ilícito de parlamentares para que, com base na Lei 8.429, possa requerer à Justiça o seqüestro de seus bens, além da cassação dos seus direitos políticos. Segundo Aristides, o seqüestro dos bens obtidos irregularmente e a suspensão dos direitos políticos podem ser feitos por medida cautelar, antes mesmo da conclusão da CPI do Orçamento e da ação penal que resultar de seu relatório final. "Com as provas de convicção do enriquecimento ilícito, o Ministério Pùblico deve imediatamente entrar em juízo com o pedido de seqüestro de bens e suspensão dos direitos políticos dos envolvidos", afirmou o procurador.

A CPI chegou a discutir a possibilidade de ela própria decidir pela indisponibilidade temporária dos bens, mas a assessoria jurídica do Congresso concluiu que a medida não poderia ser tomada. É que a CPI não tem poderes para proferir sentença judicial.

De acordo com Aristides Junqueira, nem o fato de que os suspeitos possam transferir bens para terceiros vai impedir a ação da Justiça. "A lei do enriquecimento ilícito permite que os bens sejam seqüestrados, mesmo em poder de outros, desde que tenham se originado de forma ilícita". A partir de agora, procuradores da República vão trabalhar em conjunto com os técnicos do TCU e do Banco Central que assessoraram a CPI, para fornecer pareceres jurídicos. Três procuradores da República já acompanhavam a CPI, como observadores. Agora, vão examinar os cheques e as provas de enriquecimento ilícito, principalmente de parlamentares como João Alves (PPR-BA), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Feres Nades (PTB-RJ), Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e outros que não conseguirem explicar a origem de seus bens.

O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), quer terminar os trabalhos até o dia 23 de dezembro. Para isso, a CPI poderá tomar dois ou três depoimentos por dia das 33 pessoas que ainda faltam ser ouvidas, ou transferir a incumbência para as subcomissões. Ontem foi quebrado o sigilo bancário da Agropecuária Jaçanã, do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).